1 Introdução

1.1 Relações Internacionais

O tema deste trabalho é o emprego do conceito de Estado nos livros *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Desenvolve-se a hipótese de que o objeto de discurso desses livros, o Brasil, é enunciado como um país entrelaçado à política mundial. Embora se proponha a analisar CGS, SM e RB em função de todas as distinções dadas pelo conceito de Estado – às quais fará referência abaixo –, o trabalho vai situado no campo de pesquisa das Relações Internacionais devido a esse foco na distinção entre interior e exterior. Ao mesmo tempo, se o estudo do pensamento social brasileiro constituiu-se como uma área de fronteira perpassada pela contribuição das diversas ciências humanas (Brandão, 2007), a leitura de três obras caras a esse pensamento com base na reflexão de Relações Internacionais porventura justificará à presente dissertação a veleidade de estabelecer ainda um liame naquela área de estudo.

Trata-se, pois, de um trabalho na fronteira entre as Relações Internacionais e o pensamento social brasileiro. Coloca-se de saída a tarefa de definir a disciplina de Relações Internacionais, de modo a esclarecer como se configuraria sua contribuição. Evidentemente essa definição não pode passar de um brevíssimo esboço, dados os objetivos diversos estipulados para este trabalho. Portanto, sem remota pretensão de exaurir os elementos caracterizadores desse campo de conhecimento, o que se poderia afirmar como fundamental é a centralidade atribuída às relações entre Estados. Ilustrando com uma afirmação de Alexander Wendt, o autor que se erigiu em mais recente postulante à ortodoxia disciplinar (cf. Guzzini & Laender, 2006):

A disciplina de Relações Internacionais impõe alguns limites amplos a essas escolhas, e dentro de RI este livro se preocupa com Estados e com o sistema de Estados. Os Estados são os principais atores na regulação da violência organizada, o que é um dos problemas básicos da política internacional, e a estrutura do sistema de Estados é relativamente autônoma de outras estruturas do sistema internacional moderno, como a economia mundial, o que nos permite estudá-lo ao menos parcialmente em seus próprios termos (1999, p.193).

Nesse sentido, embora o construtivismo propugnado por Wendt (1999) reivindique a sucessão do antigo cânone disciplinar – o realismo – na qualidade de produtor de conhecimento científico sobre as relações internacionais, essa nova corrente não mostra plena disposição para rever um efeito crucial da centralidade do sistema de Estados na temática disciplinar. Fala-se na suprema importância conferida pelo realismo ao problema da guerra entre Estados, que tem por consequência a marginalização das abordagens que não se ocupem da explicação desse fenômeno supostamente fulcral do campo de pesquisa.¹ Este, o “disciplinamento da disciplina” (Smith, 2000), ao qual a justificativa que Wendt oferece para o foco no Estado e no sistema de Estados é tributária. Daí, inclusive, a afirmação de que o livro ao qual pertence a passagem citada acima “não é uma teoria da política internacional mas, visto de um ângulo reflexivo, uma teoria de como a política internacional é entendida dentro do campo diplomático clássico” (Guzzini & Laender, 2006, p.91).

A atestar a força do legado realista em certa – mas decisiva – medida incorporado pelo construtivismo, encontra-se uma avaliação publicada nos anos 1980 sobre a limitação dos debates norte-americanos de Relações Internacionais à “problemática da anarquia” (Ashley, 1995). Esta era definida como uma “conversação disciplinada” entre teóricos de variadas confissões em torno da ausência – por todos reconhecida – de um governo central do sistema de Estados soberanos, de que se derivavam dificuldades de cooperação entre as múltiplas unidades estatais, gerando uma condição sistêmica de anarquia cuja principal consequência era o risco onipresente do recurso à guerra.

¹ “O ponto não é que a guerra interestatal seja desimportante, longe disso, apenas que o modo como a disciplina estruturou os termos de seu debate alocou poder em seu interior para aquelas teorias focadas na guerra interestatal ou que ofereciam explicações para ela. É muito difícil questionar essa definição do fulcro da disciplina sem que se coloque *fora* da disciplina. Por isso, as abordagens que não partam tanto das relações *interestatais* quanto da *guerra* são axiomáticamente colocadas em posição defensiva relativamente a sua adequação na disciplina. Esse movimento teve enorme influência no processo pelo qual o *mainstream* tem dominado a disciplina” (Smith, 2000, p. 378).

O que se indaga diante desse quadro é como o pensamento social brasileiro poderia legitimar-se como objeto de estudo na área, bem como por que meio o conceito de Estado, conforme empregado nas Relações Internacionais, poderia ser de alguma valia nessa tentativa de contribuição aos estudos sobre o pensamento social. A “deferência à agenda estabelecida da política internacional”, adverte-se, “pode obstar ao reconhecimento de deslocamentos ou à consideração de conceituações alternativas” (Darby, 1998, p.16). Cumpre por isso reunir elementos que permitam divisar – novamente, de modo sumário – uma problemática adequada para abordar o pensamento social.

A legitimação do pensamento social como objeto de estudo das Relações Internacionais envolveria, portanto, uma reconsideração do descaso pela cultura e do foco exclusivo no que é formalmente político, dois fatores que, na proposta de Phillip Darby, evidenciam a necessidade de “alguma noção do ‘se tornar político’” (1998, p.15). Senão a centralidade das interações entre Estados, o entendimento das Relações Internacionais como o estudo dos “canais especiais” por meio dos quais se manifestariam essas interações, simbolizados pelo diplomata e pelo soldado (Aron, 2002, p.52), deveria ceder algum espaço para o estudo de uma dimensão menos formalizada da política. Para além dos rituais do campo diplomático e da preocupação com a iminência do conflito bélico, a teoria de relações internacionais poderia voltar-se a um campo “pré-internacional”, ligado ao “próprio processo de constituição do Estado como ator nas relações internacionais” (Fonseca Jr., 2004, p.120).

Esse movimento, permitindo uma pesquisa em Relações Internacionais aberta a temáticas como a história e a sociologia e por isso mesmo aproximando a disciplina do pensamento social, ainda não resolve as dificuldades colocadas pelo “imperialismo cognitivo” resultante da centralização das ciências sociais ao redor do conceito de Estado (Shapiro, 2004). Uma saída para essa clausura, à qual se poderia relacionar ao disciplinamento da gama temática à disposição do estudante de Relações Internacionais, estaria no reconhecimento de “formas de expressão política – modos alternativos de inteligibilidade para coisas, povos e espaços – que têm existido nas margens das práticas nacionais dos Estados” (Shapiro, 2004, p. xi). Mantendo-se aberto às possibilidades emanadas do reconhecimento dessas formas marginais de expressão, este trabalho insiste entretanto na valia do conceito de Estado para a pesquisa, tendo presente a importância do que seria

“sem dúvida a mais fundamental das questões políticas – como se fixa o significado da soberania estatal na teoria e na prática?” (Weber, 1995, p.3).

Indagar sobre a constituição do espaço e do tempo da política (internacional), com a disposição de acompanhar em vertente teórica as eventuais respostas, afigura-se já um ponto de partida mais adequado para a pesquisa, porquanto mais *reflexivo* do que problemáticas canônicas da área.² A ele se acrescentaria ainda o objetivo de compreender estudos sobre a forma estatal fora do contexto do “condomínio intelectual britânico-americano” no campo das Relações Internacionais (Holsti *apud* Thomas & Wilkin, 2004; Wæver, 1998). Isso se justifica em referência à importância atribuída aos *loci* de enunciação no pensamento sobre as Relações Internacionais (cf. Agnew, 2007; Tickner, 2003). Pode-se pesquisar como o traçado da modernidade política foi articulado, desarticulado ou rearticulado em um *corpus* textual proveniente de um espaço e de um tempo bastante diversos daquele que conforma a disciplina de Relações Internacionais (cf. Schmidt, 1998; Wight, 1966b). Nesse sentido, a conclusão identificará não apenas limites como também limiares do conceito de Estado. Enseja-se, antes de tudo, a exposição do moderno conceito de Estado, a ser precedida por esclarecimentos metodológicos sobre a leitura proposta de CGS, SM e RB.

Principie-se pelo entendimento, já proposto por Michel Foucault (2005a), de que um grupo de signos irrompe pelo ato individual de formulação de um autor, podendo adquirir uma modalidade específica de existência e tornando-se, sucessivamente, uma performance verbal e um enunciado, dotado de estrutura gramatical, configuração retórica e conjunto de conotações. Cada enunciado tem um espaço colateral, um espaço correlativo e um espaço complementar (Deleuze, 2006): no primeiro, o enunciado se relaciona com outros enunciados; no segundo, ele se relaciona com seus sujeitos, objetos e conceitos; e no terceiro, ele se liga a formações não-discursivas, como processos políticos e econômicos. Este trabalho

² É recomendável precisar a fonte ao falar-se em reflexividade em Relações Internacionais. No caso, remete-se, em grandes linhas, ao entendimento de Robert Cox sobre a teoria crítica. “[Ela é] reflexiva sobre o próprio processo de teorização: tornar-se claramente consciente da perspectiva que dá luz à teorização, e sua relação com outras perspectivas (...) Ela é crítica no sentido de que se coloca à parte da ordem prevaiente do mundo e pergunta sobre como essa ordem veio a se constituir. A teoria crítica, ao contrário da teoria solucionadora de problemas, não toma as instituições e as relações sociais e de poder como um dado, mas as coloca em questão ao

enfocará o espaço correlativo, referindo-se eventualmente ao espaço colateral. Assim procedendo, dispensa de seu arcabouço uma retórica da contextualização que subordina o texto ao contexto (LaCapra, 1983), preferindo enfatizar a produtividade dos textos, dada sua capacidade geradora de sentido (Shapiro, 2004). Sem se ocupar de uma história do referente (cf. Dreyfus & Rabinow, 1983, cap.3), o trabalho descreve as “performances de Brasil” realizadas textualmente.³ Vale isso dizer que se acompanhará a enunciação dos livros analisados aceitando pelo valor de face o seu conteúdo, o que todavia configura posição metodológica e não normativa, adotada para que se possa compreender os nexos internos a essa enunciação e apreciar em justa medida a contribuição daí haurida.

Pelo método aqui adotado, o espaço correlativo torna possível “definir [o]s objetos sem referência ao fundo das coisas, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico” (Foucault, 2005a, p.53, grifos suprimidos). Será necessário compreender como se modula a enunciação de CGS, SM e RB nos espaços correlativos que lhes são adjacentes, isto é, qual a “instância de diferenciação dos (...) objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo[s] próprio[s] enunciado[s]” (Foucault, 2005a, p.103). As instâncias de diferenciação que produzem objetos de discurso são grades de especificação presentes no campo de emergência dos enunciados a serem estudados, ou seja, sistemas que separam, opõem, associam, classificam e derivam objetos. Incidem sobre esses sistemas as referidas regras de formação que, no caso do conceito de Estado, fornecem três critérios para que se possa instanciar o Brasil como objeto de discurso.

Pode-se agora expor o conceito em questão. Como explica Jens Bartelson (2001), o conceito de Estado só pode ser empregado significativamente no discurso político se for individuado, em seu nível mais fundamental, por uma série de diferenças que, “em conjunto, constituem os limites da formulação moderna do problema da ordem política, ao predicarem a convergência harmoniosa entre autoridade e comunidade em duas distinções fundamentais” (Bartelson, 2001, p.12). A primeira dessas distinções é entre o tipo de ordem política existente

perscrutar suas origens e também como – e se – elas podem estar em processo de mudança” (Cox, 1984, p.261-262).

³ A expressão é confeccionada, em contexto próximo, por Oliveira (2004).

dentro dos Estados e o tipo de relação existente *entre* os Estados: ao passo que a primeira delas é fundada na possibilidade de ordem e de progresso histórico, a segunda é definida pela já mencionada problemática da anarquia, em que não se progride além das agruras morais do equilíbrio de poder. A segunda dessas distinções é entre o Estado e a sociedade interna, supostamente havendo a dominação desta por aquele. Apenas o Estado é tido como fonte de autoridade, pelo que se torna detentor de qualidades *políticas*, negadas ao conjunto de agentes que compõem a sociedade.

Não é apenas de fronteiras espaciais que dependem o Estado, a soberania e a cidadania, afirma Constantin Fasolt (2004). É preciso que esses elementos sejam temporalmente delimitados, pois são “categorias pelas quais declaramos nossa liberdade para transformar o presente e dar-lhe a forma que desejamos para o futuro (...) [O presente e o futuro] estão unidos em oposição ao passado” (Fasolt, 2004, p.6-7). Subjaz a essa distinção entre passado e presente a noção de autonomia moral do sujeito moderno, na medida em que ela o supõe, a esse sujeito, livre das tradições e soberano sobre seu destino. Nesse sentido, essa terceira distinção complementa as duas distinções vistas anteriormente, ligando-se a cada uma delas. Liga-se à distinção entre o interior e o exterior do Estado de vez que, como as teleologias da nação só podem ocorrer a partir da arquitetura do Leviatã (cf. Walker, 1995b), o sistema de Estados e sua precária *Realpolitik* não oferecem condições de progresso moral e, portanto, histórico. Assim, a superação do passado limita-se ao interior do espaço estatal. A oposição passado-presente liga-se ainda à distinção entre Estado e sociedade já que, quando se fala na dominação desta por aquele, deve-se ter presente que a soberania é franqueada ao Estado por uma suposta concessão do sujeito moralmente autônomo, condicionada pelo estabelecimento das “fundações transcendentais do uso livre, público e universalizante da razão pelo homem (...) como princípio fundamental da conduta do Estado, como objetivo das políticas do Estado e como a base de legitimação do Estado” (Ashley, 1995, p.107).

Em face do exposto, cabe concluir essa série de considerações ressaltando que a dimensão espaciotemporal do princípio da soberania do Estado fica melhor definida conceitualmente pelo acréscimo da distinção discutida por Fasolt àquelas apresentadas por Bartelson. Dessa forma, pode-se dizer que a clivagem entre passado e presente compõe, junto das clivagens entre o Estado e o exterior e entre

Estado e sociedade, as fronteiras da modernidade política (cf. Bartelson, 2001, p.14). Como se disse, esses são os três critérios a presidir o emprego do conceito moderno de Estado em seu molde por assim dizer canônico, contra o qual se fará a leitura das obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. Especificando, com o benefício dessa apresentação conceitual, os termos da hipótese de trabalho lançada acima, pode-se fixar como objetivo desta pesquisa a *compreensão da constituição dos nexos Estado-externo, Estado-sociedade e passado-presente, bem como de seu inter-relacionamento, em CGS, SM e RB.*

1.2

Pensamento Social Brasileiro

Si no me equivoco, las heterogéneas piezas que he enumerado se parecen a Kafka; si no me equivoco, no todas se parecen entre sí. Este último hecho es el más significativo. En cada uno de esos textos está la idiosincrasia de Kafka, en grado mayor o menor, pero si Kafka no hubiera escrito, no la percibiríamos; vale decir, no existiría.

Jorge Luis Borges, Otras Inquisiciones.

Antes de dar largada à análise, se impõem algumas palavras sobre o pensamento social brasileiro (e sua eventual abertura às Relações Internacionais), a começar da escolha dos autores: por que Gilberto Freyre e Sérgio Buarque? A resposta a essa pergunta logo se mostrará insuficiente, apontando a necessidade de sua reformulação.

Em célebre prefácio a RB, datado de 1967, Antonio Candido escreve:

Os homens que estão hoje um pouco para cá ou um pouco pra lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e em função de três livros: *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo (2006b, p.235-236).

CGS e RB, publicados respectivamente em 1933 e 1936, bem como SM, publicado em 1936 como continuação de CGS,⁴ pertencem portanto à mesma quadra histórica do pensamento social.

Dentre as periodizações existentes, o próprio Candido (2006a) já repartiu a cultura brasileira entre as fases da “consciência amena de atraso” e a da “consciência catastrófica do atraso”. Situando na década de 1930 o momento de inversão das perspectivas, o autor (tomando de empréstimo discussão de Mário Vieira de Mello) associa a primeira fase à noção de “país novo”, prenhe de expectativas quanto ao progresso futuro da nação, e a segunda fase à noção de “país subdesenvolvido”, abalada pela miséria corrente e as dificuldades do progresso. Apreende-se melhor a emergência da “consciência catastrófica do atraso” no pensamento social do país por referência à mudança de ênfase do movimento modernista brasileiro dos anos 1920 na década seguinte.

De acordo com João Luiz Lafetá (2000), o foco inicial do modernismo na renovação estética, de que foram exemplo as rupturas na linguagem tradicional, como na poesia de Oswald de Andrade, ganha no decênio de 1930 uma predominância ideológica. Sem pressupor uma dissociação entre estética e ideologia, o argumento propõe ressaltar a politização do conteúdo do pensamento social na década de 1930: “preocupa-se mais diretamente com os problemas sociais e produz os ensaios históricos e sociológicos, o romance de denúncia, a poesia militante e de combate (...) trata-se de reformar ou revolucionar essa realidade, de modificá-la profundamente” (Lafetá, 2000, p.30). Ainda uma vez os apontamentos de sujeito-espectador de Candido:

Talvez essa radicalização ainda tenha sido mais nítida num certo sentido próprio daquela fase, que consistia em procurar uma atitude de análise e crítica em face do que se chamava incansavelmente a ‘realidade brasileira’ (um dos conceitos-chave do momento). Ela se encarnou nos ‘estudos brasileiros’ de história, política, sociologia, antropologia, que tiveram incremento notável, refletindo nas coleções dedicadas a eles (2006a, p.229-230).

⁴ As edições utilizadas são Freyre (2003a; 2003b) e Holanda (2006). Sobre a continuação de CGS em SM, leia-se este esclarecimento de Gilberto Freyre no Prefácio de CGS: “O propósito de condensar em um só volume todo o trabalho, não o consegui infelizmente realizar. O material esborrou, excedendo os limites razoáveis de um livro. Fica para um segundo [refere-se aqui a SM] o estudo de outros aspectos do assunto – que aliás admite desenvolvimento ainda maior” (CGS, p. 50-51).

Como ensaios históricos e sociológicos preocupados com a “realidade brasileira”, CGS, SM e RB dessa forma não apenas comungam na mesma proveniência cronológica como têm um nexos contextual em sua aparição, “livros-chave” que foram para a “mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930”. Vai-se vendo, entretanto, que esse esboço contextual é claramente insuficiente para revelar o porquê da escolha dos autores. A rigor, a razão não excede a arbitrariedade. Contudo, tendo em mente a atitude reflexiva à qual se aludiu acima, seria possível reformular a pergunta em função de uma dúvida sobre como a centralidade dos autores elencados veio a se reproduzir até o presente momento de sua escolha. Em outras palavras, se não é factível apontar a razão específica da escolha deste e daquele autor, seria razoável indagar como foi possível que sua escolha seja – como é – bastante óbvia. Essa discussão ajudará a esclarecer, diga-se de passagem, a possível (in)comunicação entre o pensamento social brasileiro e as Relações Internacionais.

Não é apenas Candido quem afirma a importância de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. Estes dois autores, ao lado de outros, freqüentam várias listas de “clássicos” do pensamento social brasileiro (Brandão, 2007; Fundação Alexandre de Gusmão, 2007; Ianni, 2004; Mota, 1999; Ricupero, 2008; Santiago, 2002; Schwartzman, 2003). Em um desses levantamentos, realizado com 49 cientistas sociais brasileiros *senior* (Schwartzman, 2003), os principais pensadores brasileiros foram dispostos na seguinte ordem decrescente de influência e mérito: Gilberto Freyre, Celso Furtado, Raymundo Faoro, Sérgio Buarque, Victor Nunes Leal, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Francisco José de Oliveira Vianna e Euclides da Cunha. Em vez de reproduzir outras tantas listas em que Freyre e Holanda são presença indubitável, será mais profícuo perquirir o fenômeno da remanência dos enunciados⁵ levantados por esses livros ditos clássicos. Fenômeno aliás intrigante para os responsáveis pela listagem desses clássicos:

⁵ “Dizer que os enunciados são remanentes (...) é (...) dizer que eles (...) se conservam graças a um certo número de suportes e de técnicas materiais (de que o livro não passa, é claro, de um exemplo), segundo certos tipos de instituições (entre muitas outras, a biblioteca) e com certas modalidades estatutárias (que não são as mesmas quando se trata de um texto religioso, de um regulamento de direito ou de uma verdade científica). Isso quer dizer, também, que eles estão

[A reflexão sobre o pensamento social] Demonstrou-se (...) um pressuposto capaz de ser continuamente reposto pelo evoluir da ciência institucionalizada – como um índice da existência de um corpo de problemas e soluções intelectuais, de um estoque teórico e metodológico aos quais os autores são obrigados a se referir no enfrentamento das novas questões postas pelo desenvolvimento social, como um afiado instrumento de regulação do nosso mercado interno de idéias em suas trocas com o mercado mundial (Brandão, 2007, p.23).

Ficaram, no entanto, as grandes questões do passado, e alguns encaminhamentos de resposta: a idéia de que a história, a cultura e as instituições são importantes (...) e a noção de que alguns padrões específicos presentes na formação do país – os processos de colonização, o inter-relacionamento e os conflitos entre raças e culturas, os padrões e valores associados a nossa antiga “nobreza” urbana e agrária, os padrões de dependência e subordinação do povo em relação aos poderosos – tiveram conseqüências duradouras, que ainda persistem na maneira pela qual o país se organiza, e busca se entender (Schwartzman, 2003, p.255).

Na lição de Ítalo Calvino, “Um clássico é um livro que nunca acabou de dizer o que tem a dizer” (1991, p.9). A pergunta que se coloca, nesse sentido, é sobre como é possível que clássicos como CGS, SM e RB se mantenham, nos dias que correm, repositórios de grandes questões, conforme registrado nas passagens de Gildo Marçal Brandão e Simon Schwartzman acima. Procurando deslindar as relações sociais em que esses livros e demais clássicos foram investidos, chega-se a uma hipótese cuja mera formulação – pois seu desenvolvimento é interditado pelos limites modestos deste trabalho – ajuda a compreender as possibilidades de comunicação entre o pensamento social brasileiro e as Relações Internacionais. Ajuda, além disso, a contextualizar a eminência que, de outra forma, seria conferida acrítica e irrefletidamente aos livros elencados. A hipótese de que se fala é esta: afirmações sobre o caráter clássico de obras do pensamento social brasileiro, como a de Candido sobre os “livros-chave” da década de 1930, são recursos retóricos reiterativos do caráter da cultura brasileira.⁶

Essa reiteração é relevante por remeter ao que João Cezar de Castro Rocha (2004) explicou ser a contaminação dos campos de atividade intelectual no Brasil por um velho propósito da literatura nacional, o empenho na “criação de uma literatura *brasileira*, ou seja, a descoberta de formas e conteúdos capazes de expressar o homem brasileiro e sua circunstância” (Rocha, 2004, p.239). Onde

investidos em técnicas que os põem em aplicação, em práticas que daí derivam em relações sociais que se constituíram ou se modificaram através deles” (Foucault, 2005a, p.140).

⁶ A expressão é de Luiz Costa Lima, em comunicação pessoal ao autor, 6 de outubro de 2008.

ter-se feito da “pesquisa do ‘propriamente brasileiro’ a coíné dos que se dedicaram à vida das idéias no Brasil (...) os produtores e os receptores descobrem seu pertencimento ao mesmo sistema através da preocupação predominante com a nacionalidade” (Rocha, 2004, p.240-241). Indiferente à necessidade de autonomia (Faoro, 1988) ou ao reconhecimento da dependência (Schwarz, 2003) na cultura do país, a pesquisa do “propriamente brasileiro” como língua comum da intelectualidade nacional embasaria, na verdade, a constatação de que, dentre os clássicos brasileiros, “o que chama a atenção em quase todos os autores e livros é que eles têm o Brasil como tema” (Schwartzman, 2003, p.254).

Isso não equivale a dizer que autores clássicos como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque analisassem a “realidade brasileira” sem tratar de seu encadeamento com a política mundial. Com efeito, a existência desse encadeamento – e de forma analiticamente rica – é a hipótese que anima este trabalho. O interesse da “preocupação predominante com a nacionalidade” subsiste menos a propósito das obras clássicas do pensamento social brasileiro do que a propósito das análises dessas obras, particularmente nas afirmações sobre esse caráter clássico. Do reconhecimento dessa (algo obscura) diferenciação espera-se desvendar o caminho para uma comunicação entre as Relações Internacionais e o pensamento social.

A relevância da hipótese de que as afirmações do status clássico de certo *corpus* do pensamento social reiteram o caráter da cultura brasileira está justamente nisto de que *essas afirmações têm o efeito de reproduzirem, na própria análise da contribuição feita pelos livros, aquela “preocupação predominante com a nacionalidade”, quiçá limitando o potencial de contribuição desses livros para outros campos, como o das Relações Internacionais.* Em outras palavras, sem que haja um problema com a confecção em si de listas de clássicos, nota-se o efeito – talvez involuntário – que essas listas, bem como a própria qualificação do pensamento como *brasileiro*, têm de remeter o pensamento social a um conjunto de problemáticas supostas *singularmente* brasileiras. Interditam subliminarmente, com isso, a possibilidade de que o “corpo de problemas e soluções intelectuais” desses livros seja referido a um campo mais abrangente da

(pesquisa sobre a) prática política.⁷ A chave dessa limitação parece estar no “eterno retorno” do tema da cultura brasileira e da identidade nacional no debate sobre a sociedade brasileira (Oliven, 2002).

Assim como já se disse que haverá realismo enquanto houver Estado territorial (Hont, 2005, p.454), pode-se aduzir que haverá apelo de leituras orientadas pela pesquisa da identidade nacional enquanto perdurar a combinação entre Estado e nacionalidade (Arendt, 1989, p.260-263). Parafraseando Stefano Guzzini (1998, p.235), mesmo que o mundo descrito pelo imaginário de comunidades políticas nacionais⁸ não exista, a imaginação de comunidades políticas existe no mundo – embora crescentemente complicada pela disjunção entre os discursos espacial e temporal da cidadania, o que tem exposto os limites da capacidade do Estado em articular a nação (Shapiro, 2000). Por um lado, isso sugere que a preocupação predominante com a (análise da) nacionalidade é reatualizada, mas também colocada em cheque, o que permite a este trabalho seguir uma variante que busca outros rendimentos na pesquisa sobre o Estado; por outro lado, sendo variados os imaginários nacionais existentes, tem-se historicamente palco para uma “batalha de interpretações” entre os autores do pensamento social, em que se pretende reduzir o mundo ao texto mais capaz de englobar a realidade (Rocha, 2004, p.229), uma dinâmica que foge ao escopo do trabalho. Logo, o restante dessa introdução detalhará a variação de sua proposta em relação àqueles dois lados da questão: o do “eterno retorno” da preocupação com a nacionalidade e o do debate – ou: embate – sobre a sociedade brasileira.

No tocante à preocupação com a nacionalidade, Ruben George Oliven encontra uma explicação para sua reincidência que se liga com as anotações sobre

⁷ Observe-se em aparte a não-inclusão, na lista dos principais autores do pensamento social mencionada acima, de um livro menos marcado pelo nacionalismo metodológico, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (Cardoso & Faletto, 2000). Explica-se ser, na opinião dos cientistas sociais ouvidos, livro influente mas menos meritório que os demais (Schwartzman, 2003, p.254). Essa explicação não autoriza a concluir-se pela marginalização de perspectivas fundadas em ontologias globais e dessa forma já na interseção com o campo de Relações Internacionais – caso da análise de Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso sobre a relação entre centro e periferia (cf. Tickner, 2003) –, antes o contrário, pois ressalta sua influência no pensamento social. O efeito que a explicação produz na listagem daqueles que seriam os *principais* autores do campo, porém, não discrepa da hipótese lançada, excluindo dessa listagem do que seria o *principal* um livro que não tem o Brasil como tema primário.

⁸ A nação “é uma comunidade política imaginada – e imaginada tanto soberana quanto inerentemente limitada. Ela é imaginada porque até os membros da menor das nações nunca conhecerão a maior parte de seus companheiros, se encontrarão com eles, e mesmo ouvirão sobre eles, mas em cada uma de suas mentes viverá a imagem de sua comunhão” (Anderson, 1991, p. 6).

a combinação entre Estado e nação: “O tema da identidade está associado à formação da nação. Para construir uma nação é preciso que haja uma cultura que lhe dê suporte e, portanto, é preciso que haja intelectuais que ajudem a formulá-la” (Oliveira, 2002, p.16). Embora o autor não desenvolva esse ponto em seu texto (cf. Arruda, 2002), sua provocação é suficiente para se lançar a dúvida: até que ponto é desejável ler-se o pensamento social brasileiro em exclusiva função do imperativo – político – da formação da nação?

Gilberto Freyre escrevia, em prefácio à primeira edição de RB, que a Coleção Documentos Brasileiros da Editora José Olympio, cujo volume inicial era o livro de Sérgio Buarque, vinha a atender a “ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira” (1936, p. v). A coleção visava a “corresponder não só às necessidades do estudioso como à curiosidade intelectual de todo brasileiro culto pelas coisas e pelo passado do seu país” (1936, p. vi). A curiosidade, vê-se, era *pelo país*, e o sentimento, de *introspecção social*. Que tivesse sido esse o objetivo “original” do ímpeto editorial dos anos 1930 não constitui impeditivo, todavia, a uma ampliação do escopo da análise contemporânea para além das preocupações imediatas com a identidade nacional. Dito de outra maneira, a inegável “aspiração coletiva de construção nacional” (Arantes, 1997, p.13) havida em meio aos clássicos do pensamento social brasileiro, legítima quanto tenha sido, não desautoriza a leitura dessas mesmas obras por outros parâmetros.

Sem prejuízo do fato de que “historicistas e anti-historicistas, holistas e individualistas metodológicos, humanistas e cientificistas, aprendemos todos a pensar o País com aqueles pensadores” (Brandão, 2007, p.25), o que se pretende aqui é averiguar – na expressão de Calvino – o que ainda têm a dizer alguns dos clássicos brasileiros sobre a relação do país com o mundo. Não se trata, assim, de menoscabar a importância de estudos enfocados no Brasil – o que seria contraditório com o próprio objeto do trabalho – mas sim de avançar uma abordagem cuja preocupação, em vez da nacionalidade, repousa na articulação das distinções constitutivas do conceito de Estado, permitindo maior atenção à interação entre o país e a política mundial.

Isso importa em pesquisar o imaginário político sem a norma da comunhão nacional, como por exemplo na proposta de que os analistas políticos devem desenvolver teorias sobre o “processo de construção do povo, entendido como a

produção de crenças compartilhadas, tanto entre estrangeiros quanto entre membros, de que certas populações humanas conformam um ‘povo’ político” (Smith, 2002, p.15). Teorias estas que redundam, nas análises do pensamento social brasileiro, em propostas que acentuam a singularidade e por isso reduzem a margem da pesquisa da dimensão internacional. Daí afirmações como a de que, na condição de “criadores de mitos”, “Há mais de um século intelectuais brasileiros agonizam sobre a identidade nacional de seu país” (Skidmore, 2001, p.71). Ou ainda a proposta de compreender como, “assumindo como específico (...) determinado corpo de tradições (...) uma sociedade qualquer busca definir e tornar específica sua própria identidade: busca criar uma identidade nacional” (Souza, 2007, p.23). Mesmo que o pensamento social brasileiro e/ou sua análise se tratem de um “mercado interno de idéias”, não serão idéias apenas sobre o espaço e o tempo internos.

No tocante ao debate identitário na sociedade brasileira, a oposição metodológica entre um nível específico – o do enunciado – e o plano geral, o das formações discursivas, ajuda a situar essas disputas.⁹ Sendo “um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política” (Foucault, 2005a, p.137), o discurso é o plano apropriado para análises do modo de inserção institucional e de (re)apropriação política – e portanto da remanência – dos textos do pensamento social brasileiro. Tal a dimensão da “batalha de interpretações”, em que as variadas postulações de identidade nacional são “incessantemente negociadas entre representantes estatais e públicos, que oferecem relatos concorrentes sobre o caráter nacional” (Bruner, 2002, p.3). Muitas discussões foram e são realizadas a respeito das posições de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque nessas batalhas (cf., por exemplo, Costa Lima, 1981, cap.1; Costa Lima, 2005, p.7-21; Fernandes, 2000; Mota, 2004; Rocha, 2004, cap.4, cap.8). Enfocando o nível específico da enunciação, contudo, esse trabalho afasta de sua mirada questões sobre o “mundo-no-texto”, preocupando-se apenas com a contribuição de CGS, SM e RB em suas dimensões de “texto-mundo”. Este seria aquele que, “como a arte, na definição de

⁹ “O que foi definido como formação discursiva escande o plano geral das coisas ditas no nível específico dos enunciados” (Foucault, 2005a, p.131).

Paul Klee, ‘não reproduz o visível, mas torna visível’” (Klee *apud* Rocha, 2004, p.229).¹⁰

Em suma, pretende-se explorar o potencial de comunicação entre as Relações Internacionais e o pensamento social brasileiro, com o fito de embasar um estudo que procura aproximar as duas áreas.¹¹ Prospectar as margens do discurso estatal nas Relações Internacionais, aumentando o conhecimento sobre a própria consolidação histórica do Estado – no pensamento brasileiro, ao menos; e preparar-se para investigar a riqueza dos clássicos do pensamento social, conferindo centralidade a sua enunciação do encadeamento com a política mundial; foram os objetivos desta introdução.

É sabido que o pensamento social brasileiro “nos instrui no tocante às categorias de análise (...) determinantes de nossa condição” (Santiago, 2002, p. xv). Em sua conclusão, este trabalho reunirá duas hipóteses colhidas ao longo da leitura de CGS, SM e RB que sugerem como esses livros, por meio do emprego do conceito do Estado, *tornam visíveis* elementos da condição brasileira em sua relação com o mundo.

A formulação dessas hipóteses, que especificam a hipótese geral do trabalho, é a seguinte: (i) a intensificação da presença do Estado no Brasil a partir de 1808 submete a um mesmo discurso civilizador e excludente o patriarcalismo e os demais elementos da paisagem social oriental até então existente, e constitui uma nova sociedade em que normas de europeização são internalizadas, desestruturando o quadro de política mundial vigente durante a Colônia; (ii) a afirmação do ideal de enraizamento concomitante ao reconhecimento da condição de desterro institui o projeto de um Estado representativo após 1888, mas dificulta o desenvolvimento de instituições européias modernas, em razão da permanência do passado colonial, criando na história do Brasil um entre-lugar de conflitos inconciliáveis.

A primeira hipótese será desenvolvida na leitura das obras de Gilberto Freyre no capítulo 2, e a segunda hipótese, na leitura da obra de Sérgio Buarque

¹⁰ Por conseguinte, “em lugar de signo repleto de um sentido que reforça a si próprio, a nação seria antes um significante vazio ao qual se atribui uma carga semântica segundo as diferentes necessidades geradas pela contingência das circunstâncias históricas” (Rocha, 2003, p.20-21).

¹¹ Pode-se citar, como estudos realizados nessa interseção, Bartelson (2007), Esteves (2006) e Ferreira (2008).

no capítulo 3. Ambos os capítulos seguirão o mesmo método de apresentação, sendo divididos em seções referentes a grupos temáticos identificados nas obras. Inicialmente, cada seção expõe a enunciação dos livros, analisando em seguida o modo de emprego – ou de não-emprego – das três distinções dadas pelo conceito de Estado.